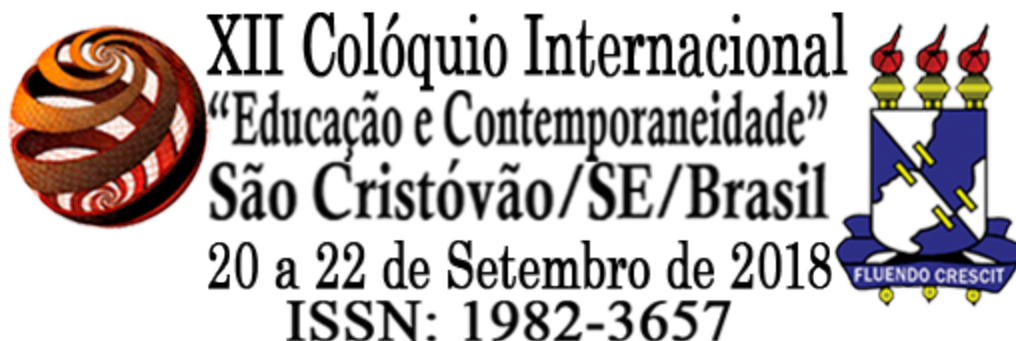




Mé

OS CICLOS DA APRENDIZAGEM NA CIDADE DO SALVADOR-BA: MECANISMO DE COMBATE À REPROVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE UMA PEDAGOGIA DIFERENCIADA

ANDREA LADISLAU

EIXO: 1. EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

RESUMO: Este artigo apresenta uma análise da implementação dos ciclos de aprendizagem na rede municipal da cidade de Salvador, uma análise e reflexão das práticas adotadas pela Secretaria de Educação, pelas unidades de ensino e pela equipe pedagógica, princípios teóricos que embasam a proposta curricular e a prática pedagógica que ocorre nas escolas, com o objetivo de implementar a proposta com o objetivo de reduzir os altos índices de reprovação ou para implementação de uma pedagogia diferenciada. Com base na comparação entre os fundamentos teóricos da proposta dos ciclos de aprendizagem (PERRENOUD, 2004) e os dados locais sobre a realidade educacional, concluiu-se que o foco dos ciclos está no combate à reprovação.

Palavras-chave: Ciclos de aprendizagem; Políticas educacionais; Avaliação.

ABSTRACT: This article presents an analysis of the implementation of the learning cycles in the municipal network of the city of Salvador, analyzes and reflects the practices adopted by the Education Department, the teaching units and the pedagogical team, principles that underlie the curricular proposal and the pedagogical practice that occurs in the schools, in order to verify if the proposal is implemented with the objective of reducing the high failure rates or to implement a differentiated pedagogy. Based on the comparison of the foundations of the learning cycles proposal (PERRENOUD, 2004) and the national and local assessment data, it was concluded that the focus of the cycles is on combating failure.

Keywords: Learning cycles; Educational policies; Evaluation.

1 INTRODUÇÃO

A democratização do acesso à educação pública que teve início, no Brasil, a partir da segunda metade do século XX, atingiu um público bastante diverso daquele que a frequentava. Antes, ocupada pelas camadas elitizadas da população, passa a ser acessada por camadas menos favorecidas economicamente, o que transformou um ambiente entendido como homogêneo em um ambiente educacional, social e linguístico. Contudo, nem as políticas educacionais nem as práticas pedagógicas sofreram qualquer alteração com essa nova realidade. Pelo contrário, acreditava-se que os novos alunos deviam se adaptar ao modelo educacional vigente. O fracasso da aprendizagem desse novo público, decorrente da insistência em um paradigma de ensino fixista, o sistema de ensino das camadas populares eram portadores de déficits cognitivos e culturais. Nesse contexto, a reprovação era entendida como um meio para impedir aqueles que não aprenderam o que era esperado ao terminar o período de escolarização sem os conhecimentos necessários.

De lá para cá, a educação no Brasil vem passando por diversos problemas, dentre eles os altos índices de reprovação, especialmente nas séries do ensino fundamental. Todos esses problemas tornam evidente o fato de que o modelo escolar tradicional é inadequado.

os novos sujeitos da educação como com os novos objetivos do processo educacional. Mais do que isso, demonstrar deve ser entendido como um fracasso do sistema escolar; que a reprovação, que imputa ao estudante toda a responsabilidade encarada como uma reprovação da escola em sua responsabilidade social de educar. Isto posto, cabe ao sistema necessários para, sem desconsiderar a diversidade sociocultural da população, oferecer a todos as condições necessárias educacionais.

Nos últimos anos, muitos pedagogos e teóricos da educação têm entendido a formação escolar em etapas anuais e a construção de aprendizagens. Isso porque o modelo anual opera com base numa concepção homogeneizante do sujeito que, numa classe, todos se desenvolverão da mesma forma, no mesmo tempo. Sensíveis à diversidade das relações de aprender, dos ritmos de desenvolvimento, das identidades e das trajetórias dos indivíduos, esses estudiosos estão propondo ciclos plurianuais.

O objetivo deste artigo é analisar o funcionamento dos ciclos de aprendizagem na Secretaria de Educação da cidade do Rio de Janeiro, sob os princípios teóricos que embasam a proposta curricular e a prática pedagógica nas Escolas. Alguns princípios teóricos de funcionamento dos ciclos e que são defendidos por Perrenoud (2004) foram observados nesse processo: formas de agrupar os alunos, o trabalho em equipe, a reprovação, a avaliação e as possibilidades de autonomia das unidades escolares.

O modelo atual de ciclos de aprendizagem utilizado nas escolas municipais foi implementado em 2007, com a duração fundamental de 9 anos. O Ensino Fundamental I passou a ser dividido em duas partes, o ciclo I composto pelo 1º, 2º e 3º ano e o ciclo II pelo 4º e 5º ano. As progressões acontecem de forma automática no 1º, 2º e 4º ano, com retenções previstas apenas no 3º ano de cada ciclo.

Dados da Secretaria de Educação demonstram grande número de reprovações no 5º ano e principalmente no 3º ano. Os questionamentos e reflexões sobre os reais objetivos da implementação dos ciclos de aprendizagem. Um dos problemas implantados para o desenvolvimento de uma pedagogia diferenciada ou com o objetivo de resolver o problema da reprovação, sobretudo no primeiro ano de escolarização.

O artigo está dividido em duas seções. A primeira aborda os pressupostos teóricos defendidos por Perrenoud (2004). Os ciclos de aprendizagem não devem ser entendidos, prioritariamente, como uma maneira de reduzir a reprovação, mas de garantir a aprendizagem. Para isso, algumas condições devem ser atendidas, como, por exemplo, o desenvolvimento de uma pedagogia diferenciada. Como uma mera forma de renovar a organização escolar sem modificar a estrutura pedagógica não garantirá os resultados dos ciclos. A segunda seção apresenta uma análise da implementação dos ciclos de aprendizagem nas escolas municipais do Rio de Janeiro.

2- PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DOS CICLOS DE APRENDIZAGEM

Segundo Perrenoud (2004), um dos defensores do novo modelo de organização do tempo letivo, a ideia de ciclos está bastante mais estável. Alguns têm entendido os ciclos como uma forma de suprimir ou limitar drasticamente a reprovação no funcionamento escolar inalterados. Contudo, o autor entende que a supressão da reprovação não acaba com o fracasso da aprendizagem e apresentariam muitas outras facetas interessantes na perspectiva de uma pedagogia diferenciada. Assim, consideramos alguns pressupostos fundamentais:

1. Um ciclo de aprendizagem é apenas um meio para ensinar melhor e lutar contra o fracasso escolar e as desigualdades, não um fim em si. Não passa de um meio para atingir melhor os objetivos de formação, oferecendo novos espaços e estruturá-los de modo eficaz, justo, legível e de comum acordo.
2. Um ciclo de aprendizagem só pode funcionar se os objetivos de formação visados no final do percurso forem claros e constituem o contrato de base para professores, alunos e pais.
3. É importante desenvolver nos ciclos plurianuais vários dispositivos de pedagogia diferenciada e de observação formadora, não tem efeito próprio, isso somente viabiliza uma ação educativa coerente em longa duração. Não se poderia, portanto, duas noções análogas, mas distintas: a pedagogia diferenciada e a individualização dos percursos de formação.
4. A duração de passagem em um ciclo deve ser padrão para forçar a diferenciar a partir de outras dimensões além da duração, uma reprovação disfarçada. Diferenciar não é respeitar o ritmo de cada um, é propor-lhe constantemente situações de avanço tão depressa quanto possível.
5. Um espaço-tempo de formação de vários anos não pode alcançar seus objetivos a não ser que os métodos e as condições sejam repensados nesse âmbito.

6. Dentro de um ciclo, os professores se organizam livre e diversamente. O sistema lhes propõe instrumentos a título intermediários, modelos de organização do trabalho e de agrupamento de alunos, instrumentos de diferenciação e
7. É conveniente que um ciclo de aprendizagem seja confiado a uma equipe pedagógica estável, coletivamente responsáveis vários anos. A imensa vantagem dessa fórmula é não atingir o individualismo, porque, reduzido a seus próprios meios, não senão uma parte das vantagens trazidas pelos ciclos. Permanece confinado nas quatro paredes de sua sala e atividades.
8. Os professores devem receber uma formação, um apoio institucional e um acompanhamento adequados para corresponder. Para isso, é preciso: que a formação contínua esteja à escuta dos professores e desenvolva novas ofertas que apareçam; que a estrutura de enquadramento apoie os professores em inovação de todas as maneiras imediatas; que um específico de acompanhamento seja implantado durante vários anos.

A busca de um funcionamento eficaz em ciclos é uma longa caminhada a ser considerada como um processo negociado por vários anos.

3 CICLOS DE APRENDIZAGEM NA REDE MUNICIPAL NA CIDADE DO SALVADOR.

A Rede Municipal da Cidade do Salvador é composta por 436 escolas, distribuídas em 11 Gerências regionais considerando a extensão territorial da cidade. Essas escolas atendem um total de 140.409 alunos, distribuídos em Educação Infantil 23.701 (16.87%), entre creche e pré-escola; Ensino Fundamental I: 80.165 (57%) ; Ensino Fundamental de Jovens e Adultos – EJA I: 10.272 (7.3%) e EJA II: 8.950 (6.37%) . Como se pode observar, 57% dos alunos correspondem a alunos do Ensino Fundamental I, nível de escolarização que se organiza em torno dos ciclos de aprendizagem estão distribuídos da seguinte forma: 12.925 no 1º ano em 637 turmas, 13.633 no 2º ano em 648 turmas, 18.261 no 3º ano em 599 turmas e 15.887 em 604 turmas. O maior quantitativo de alunos matriculados está no 3º ano, pois é nesse semestre percentual de alunos reprovados, alunos que não conseguem desenvolver as habilidades mínimas de leitura e escrita, na escolarização. [i]

Em 1997, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação com a finalidade de diminuir os números da repetência e assegurar a permanência do aluno na escola, propõem a organização em ciclos bienais, influenciados por teóricos como Coll et al. (2000), Zabala (1998), dentre outros. Com base nesses autores, redigiu-se em termos de competências a serem desenvolvidas pelos alunos e dispõem os conteúdos sob a forma de conceitos, procedimentos e atitudes.

Já no ano de 1987, a Secretaria Municipal de Educação da cidade do Salvador-BA, instituiu o Ciclo de Estudos Básicos (CEB) para alfabetizar as crianças, sem que elas fossem retidas. O Ciclo de Estudos Básicos - CEB se organizava da seguinte maneira: 1º ano de escolarização- CEB I, fase intermediária 2º ano de escolarização e a fase final, 3º ano de escolarização continuada e os discentes só podiam ser reprovados do final do ciclo, caso não alcançasse o quantitativo mínimo de aprendizagem propostas. Se reprovado o aluno teria de repetir o último ano do ciclo.

Em 2007, com a implementação do ensino fundamental de 9 anos, a Secretaria modifica a organização anterior do ensino fundamental com base legal a resolução do Conselho Municipal de Educação - CME nº. 012/2007, que diz: [ii]

Art. 1º O Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal terá a duração de nove anos letivos para as crianças de seis anos de idade, sendo os anos iniciais organizados em dois ciclos de aprendizagem e a institucionalização da progressão continuada, respeitando o ritmo e o tempo de aprendizagem.

§1º O Ciclo de Estudos Básicos, com duração de 3 (três) anos passará a denominar-se Ciclo de Aprendizagem I.

§ 2º O ciclo de Aprendizagem II, com duração de 2 (dois) anos.

O ciclo de aprendizagem I é formado pelo 1º, 2º e 3º ano e o ciclo de aprendizagem II pelo 4º e 5º anos de escolarização. O aluno só poderá ser retido ao final do 3º e 5º anos de escolarização. De acordo com meta 5 do PNE 2024 todos os alunos deverão estar alfabetizados, no máximo, ao final do 3º ano do Ensino Fundamental I. Os dados demonstram, porém, que a rede municipal não atingiu esse objetivo.

O funcionamento dos ciclos depende da articulação de três instâncias: a administração central – Secretaria Municipal e local – a unidade escolar – e a atuação da equipe pedagógica. Como gestora escolar e coordenadora pedagógica, essas instâncias não estão funcionando de forma articulada e harmônica para possibilitar o desenvolvimento efetivo da aprendizagem como mecanismo de uma pedagogia diferenciada.

Por um lado, existe uma insatisfação do professor em aprovar um aluno que não desenvolveu as habilidades previstas atentando para o fato de que o aluno se encontra dentro de um ciclo de aprendizagem e que as habilidades não devem ser desenvolvidas no ano seguinte. Essa atitude evidencia uma concepção de seriação e não de ciclo, o que está diretamente relacionado às crenças desse profissional.

Inadequação e/ou limitações dos instrumentos estabelecidos para o registro das habilidades construídas durante cada acompanhamento dos alunos dentro do ciclo. Assim, o professor que irá trabalhar com o aluno no ano seguinte, seja na mesma ou em outra não tem acesso a um detalhamento das habilidades que foram construídas por esse aluno e, sim, a um reduzido espaço disponibilizado, os professores são orientados pela gestão pedagógica e administrativa a fazerem, no máximo, 4 ou 5 linhas, pois esse é o espaço disponível no documento oficial de transferência do aluno para registrar as adquiridas pelo discente em um período do ciclo ou na conclusão da etapa. Esse problema deixa evidente a desarticulação central e local, pois não houve um entendimento acerca da necessidade de um instrumento que possibilitasse uma descrição para cada aluno.

Os alunos são agrupados em cada período do ciclo de forma aleatória, não levando em consideração as habilidades que são agrupados, na maioria das vezes, por fatores como idade; ser ou não aluno da escola no ano anterior; ser ou não aluno do 3º e 5º ano, pelo nível de aprendizagem. Cada professor trabalha de forma isolada, individual, sem planejar as aulas com os colegas que trabalham no mesmo ciclo ou no mesmo segmento do ciclo, apesar de disporem de 1/3 da sua carga horária para o planejamento e aperfeiçoamento. A forma como as escolas se organizam e distribuem o horário os professores impõe que os professores tenham os mesmos dias e horários reservados ao planejamento coletivo. Quem assume o papel de coordenador pedagógico ou a, na falta deste, a própria gestão escolar.

A Secretaria não propicia aos professores formação de aperfeiçoamento, para que eles possam refletir sobre as teorias e práticas da aprendizagem. Segundo Mainardes (2009 p.85)

...a formação permanente desses profissionais é um elemento essencial para o sucesso da educação. Os professores e demais profissionais da educação precisam de oportunidade para discutir os fins e finalidades e serem estimulados a compreendê-los criticamente, bem como de oportunidade para discutir as dificuldades e aspectos que consideram necessários serem compreendidos e aprofundados.

O alto índice de reprovação no Ciclo I de aprendizagem é outra situação muito comum nas escolas municipais e implementado no município programas para os alunos do 3º ano. O Programa Gestão da Aprendizagem e SE LIGA, são dois exemplos de ações voltadas para o combate à reprovação. O programa SE LIGA é destinado a alunos com dificuldades em leitura e escrita. Utiliza material didático, metodologia, formação, acompanhamento e avaliação próprios, com pouca ou nenhuma interferência da escola. Seus referenciais teóricos não têm nenhuma relação com a proposta pedagógica da rede municipal. Atualmente são atendidos pelo programa 1.790 alunos, distribuídos em 115 turmas (em Números)

A Avaliação Nacional da Alfabetização - ANA 2014 identificou, que no Brasil, ao final do 3º ano do Ensino Fundamental, 66% dos alunos possuem aprendizado esperado em leitura; 66% dos alunos possuem aprendizado esperado em escrita; 43% dos alunos possuem aprendizado adequado em matemática. Já na cidade do Salvador, os resultados das escolas municipais foram inferiores à média nacional: 63,56% dos alunos possuem aprendizado esperado em leitura; 63,56% dos alunos possuem aprendizado esperado em escrita; 24,88% dos alunos possuem aprendizado adequado em matemática. (Fonte: MEC/Inep/DAEB/ANA)[iii]

O elevado percentual de alunos em distorção idade/ano é outro elemento que demonstra o grande índice de reprovação no ciclo I, e, para enfrentar esse problema, a Secretaria tem implementado programas de aceleração, o ACELERA, do Instituto Ayrton Senna, que, assim como o SE LIGA que já foi mencionado, não comunga, teoricamente, com o ciclo de aprendizagem do município. Em 2017, são 2.865 alunos atendidos pelo programa, distribuídos em 164 turmas. Vale salientar que o programa não é obrigatório e, por essa razão, o número de alunos integrantes no programa não reflete a realidade da cidade. A distorção idade/ano, uma vez que muitas escolas não aderem ao programa por não acreditarem em sua eficácia. (

COLL, C. et al. **Os conteúdos na reforma**: ensino e aprendizagem de conceitos, procedimentos e atitudes. Trad. Beatriz Artes Médicas, 2000.

FERNANDES, C. **Escolaridade em Ciclos**: desafios para escola do século XXI. Rio de Janeiro: Wak, 2009.

FERNANDES, L; TOSIO, C. Ciclos de aprendizagem, planejamento coletivo e identidade profissional dos professores. (Orgs.). **A organização do Trabalho Escolar**: Uma oportunidade para repensar a Escola. Trad. Fátima Murad. Port 189-202.

MAINARDES, J. **A Escola em Ciclos: fundamentos e Debates**. São Paulo: Cortez, 2009.

PERRENOUD, P. **Construir as competências desde a escola**. Trad. Fátima Murad. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

PERRENOUD, P. **Pedagogia diferenciada**. . Fátima Murad. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

PERRENOUD, P. **Dez novas competências para ensinar**. Trad. Patrícia Chittoni Ramos Porto Alegre, 2000.

PERRENOUD, P. **Os ciclos de aprendizagem**: um caminho para combater o fracasso escolar. Trad. Patrícia Chittoni R Artmed, 2004.

ROCH, A; CHOUINARD R; RICHER C. Estabelecer e manter um bom funcionamento de grupos de alunos em um cor ciclos de aprendizagem. in THURLER, G; MAULINI, O (Orgs.). **A organização do Trabalho Escolar**: Uma oportunidade Fátima Murad. Porto Alegre: Penso, 2012. Pag. 148-162.

THURLER, G; MAULINI, O (Orgs.). **A organização do Trabalho Escolar**: Uma oportunidade para repensar a Escol: Alegre: Penso, 2012.

ZABALA, A. **A prática educativa: como ensinar**. Trad. Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: Artmed, 1998.

[i] Salvador em Números

Disponível em - Acesso em 04 gosto 2017

[ii]

Resolução Conselho Municipal de Educação

<http://www.portal.educacao.salvador.ba.gov.br/site/documentos/espaco-virtual/espaco-legislacao/EDUCACIONAL/LOCAL>

[iii] Resultados ANA

Disponível Acesso em 31 de julho de 2017.

[iv] Resultado IBEB

Disponível

Acesso em 05 de agosto de 2017.

